

Crítica à leitura hayekiana da história: a perspectiva da ação política de Hannah Arendt.

Angela Ganem^{*}

Resumo

O texto tem como objetivo mostrar as limitações da crítica de Hayek ao racional construtivismo de Marx e a sua leitura da história através da perspectiva teórica de Hannah Arendt. O artigo tem três partes constitutivas: num primeiro momento, apresenta-se a teoria hayekiana da ordem espontânea sublinhando o conceito nuclear de regras espontâneas do comportamento justo, regras estas, gerais, abstratas e selecionadas pelos homens na história. Num segundo momento, o artigo aponta as contradições e vicissitudes da teoria da ordem espontânea de Hayek, caracterizando-a como ultra-racionalista, pois, contraditoriamente ao discurso espontaneísta e avesso ao desígnio racional, a teoria hayekiana serve em última instância, ao autodesenvolvimento do mercado visto como a única forma possível de organização para as sociedades contemporâneas, uma utopia tão racional, quanto a crítica ao racional-construtivismo que ele identifica em Marx. O terceiro movimento, procura mostrar que conceitos caros ao liberalismo, como individualismo, liberdade e regras de comportamento justas estão presentes em autores críticos, como Hannah Arendt, que ao considerar o agir autônomo, constitutivo da liberdade como a raiz do pensar e do julgar, compromete o indivíduo e o faz responsável na construção histórica de um mundo justo, conciliando liberdade individual com interesses coletivos.

Área : Economia Política, Capitalismo, Socialismo.

Abstract

The objective of this article is to put in light the limitations of Hayek's critique to Marx's rational constructivism and historical approach using Hannah Arendt theoretical perspective. This work has three constitutive parts: initially it presents hayekian theory of spontaneous order stressing the nuclear concept of spontaneous rules of the fair behavior. Those rules are abstracts and selected by men in history. The second part of the article points out the contradictions and vices of Hayek's spontaneous order theory, characterizing it as ultra-rationalist. In contradiction with the spontaneous speech and against the rational design,

^{*} Faculdade de Economia/Universidade Federal Fluminense.

hayekian theory ends up sustaining the self development of the market, seen as the only possible way of organising contemporaneous societies, an Utopia as rational as the critic to rational-construtivism that he identifies in Marx. The third movement of the article is to show that crucial concepts to liberalism, as individualism, freedom and rules of fair behavior are present in critical authors, as Hannah Arent, in the context of considering the autonomous action, that constitutes freedom as the root of thought and judgement, comiting the individual and making it responsible in the historical construction of a fair world, reconciling individual freedom with colective interests.

Areas: Political economy; capitalism; socialism.

Palavras-chave: liberdade, ação política, mercado, democracia.

O texto tem como objetivo mostrar as limitações da crítica de Hayek ao racional construtivismo de Marx e a sua leitura da história através da perspectiva teórica de Hannah Arendt. O artigo tem três partes constitutivas: num primeiro momento, apresenta-se a teoria hayekiana da ordem espontânea sublinhando o conceito nuclear de regras espontâneas do comportamento justo, regras estas, gerais, abstratas e selecionadas pelos homens na história. Num segundo momento, o artigo aponta as contradições e vicissitudes da teoria da ordem espontânea de Hayek, caracterizando-a como ultra-racionalista, pois, contraditoriamente ao discurso espontaneísta e avesso ao desígnio racional, a teoria hayekiana serve em ultima instância, ao autodesenvolvimento do mercado visto como a única forma possível de organização para as sociedades contemporâneas, uma utopia tão racional, quanto a crítica ao racional-construtivismo que ele identifica em Marx. O terceiro movimento, procura mostrar que conceitos caros ao liberalismo, como individualismo, liberdade e regras de comportamento justas estão presentes em autores críticos, como Hannah Arendt, que ao considerar o agir autônomo, constitutivo da liberdade como a raiz do pensar e do julgar, compromete o indivíduo e o faz responsável na construção histórica de um mundo justo, conciliando liberdade individual com interesses coletivos.

Hayek: Teoria e Ideologia

Apresentaremos nesta primeira parte do trabalho a teoria da ordem espontânea de Hayek, assinalando sua herança smithiana do mercado como ordem espontânea e sublinhando o conceito nuclear de regras para estruturação de seu edifício teórico. Mostraremos que a teoria do mercado de Hayek extrapola os limites do economicismo ou de qualquer disciplina *stricto sensu* para se colocar no plano da filosofia social e da teoria da história. A consequência direta desta ambição do seu pensamento é a reabertura de novos horizontes teóricos para o velho projeto liberal do mercado. Adquire novo alento, conforto e sobrevida preconizar com Hayek que o mercado é a melhor forma de organização da sociedade ou

que se tem uma teoria geral da sociedade sistematizada, interessante e atual. Contra o pensamento unitário dos neoclássicos e a distância entre a demonstração lógico-matemática e a construção do mercado, Hayek revida com "souplesse" teórica, trazendo afinidades inesgotáveis com o discurso heterodoxo atual. Sua crítica ao racional construtivismo de Marx e a toda forma de totalitarismo leva os mais incautos a uma teoria do mercado natural e livre de qualquer ideologia. Não é verdade: sua teoria embora bem estruturada e afinada a uma epistemologia contemporânea, parte de uma perspectiva ideológica visceralmente comprometida com uma tomada de posição política que é avessa a qualquer perspectiva que não se identifique com o onipotente jogo do mercado. É o que veremos a seguir.

Hayek (1899-1973) se inscreve dentro da doutrina ultraliberal criada a partir do colóquio de Mont Pelérin de 1947, cujo objetivo fundamental era descobrir meios para enfrentar a crise moral, intelectual e econômica da Europa do pós-guerra construindo um projeto político-econômico para um povo livre numa grande sociedade. Como subproduto deste projeto defendia a idéia de desmascarar os inimigos desta sociedade aberta e determinar as causas da crise européia através de uma crítica contundente ao fascismo e ao stalinismo. Embora crítico ao totalitarismo nas duas grandes expressões em que este se apresentou na história do séc XX, Hayek concentrou sua crítica no "caminho da servidão" instaurado pelo que considerou o racional construtivismo de Marx ou os dissabores do totalitarismo de uma ordem que é fruto do plano ou do desígnio de uma classe operária consciente. Hayek constrói sua crítica a Marx concentrando naquilo que seria o pecado capital da razão: uma razão onipotente oriunda da classe operária que transformaria a sociedade numa máquina racional, uma razão que é capaz de digerir a sua própria complexidade e que constrói pela deliberação de seus sujeitos sociais um devir socialista.(Hayek, 1973; 1988). Contra esta ordem fruto do plano desvelado em que bastaria a consciência e a ação revolucionárias para revelar o novo mundo, Hayek parte de regras espontâneas e advoga uma Teoria da Evolução Cultural que se define por um processo de experimentação dos homens na história que resulta sempre na escolha de regras que reafirmam incondicionalmente a concorrência ou a ordem catalítica do mercado, a única ordem que garante a liberdade e que se constitui na melhor forma de organização das sociedades contemporâneas.

Hayek herda de Smith a noção de ordem social espontânea e a importância das regras para a compreensão da inteligibilidade desta ordem. O conceito de regras é nuclear para o pensamento hayekiano e, embora sob novas roupagens, este conceito provém da experiência tal qual em Smith. Ambos partem de uma crítica contundente ao racionalismo cartesiano, ou dito em outros termos, uma crítica a qualquer apriorismo ditado por uma razão onipotente. Hayek, a partir dessa tomada de posição filosófica, levanta os alicerces de seu edifício teórico: contra uma ação racional determinada por uma verdade alcançável e demonstrável, Hayek sugere um homem seguidor de regras, "*consciente de sua ignorância insuperável da maior parte das circunstâncias que determinam os efeitos de nossas ações*".(Hayek, 1937) Contra um mundo passível de ser entendido pela razão, Hayek apresenta um mundo evolucionista ditado por regras selecionadas, abstratas e gerais que guiam os homens num processo de aprendizagem social e coletivo que traz como consequência para a sociedade uma progressiva capacidade para resolver problemas. No entanto, essas mesmas regras necessárias que garantem o funcionamento da concorrência deixarão entrever os elementos contraditórios de seu argumento e sua crença ideológica no mercado como única forma possível de organização das sociedades contemporâneas.

Hayek, em todos os seus mais importantes trabalhos (1937, 1952, 1967, 1973,1988), identifica com maestria o cerne dos principais pontos do método cartesiano¹, e parte dele para construir seu argumento de ordem espontânea. Sua preocupação em descrever o racionalismo cartesiano está na consequência direta que ele extrai desse método: a ação racional é aquela inteiramente conhecida e demonstrável pela razão e as realizações dos homens são produtos de seu raciocínio. Em suas palavras: "*a razão do homem por si só torna-lo-ia capaz de construir a sociedade em novos moldes*" (Hayek, 1973,4).

¹ A razão cartesiana tem um núcleo central: a dedução lógica de premissas apodíticas. Seu coração é matemático e é ele quem dita para Descartes as verdadeiras "*Regras para a direção do Espírito*". Como consequência direta de seu bom uso tem-se uma verdade inquestionável e alcançável pela razão. A razão cartesiana se confunde a esse método único, de caráter universal e traduz um conhecimento perfeito e inteiramente dominado pela inteligência: *ta mathema*. O mestre da razão moderna enuncia esse método universal em vinte e uma regras, entre elas, as da evidência, da divisão, da síntese e da enumeração. (Descartes, [1623],[1985]). A dúvida cartesiana, elemento fundador do cogito, refuta tudo aquilo que é sombrio, nebuloso ou do domínio da opinião e através de uma dúvida epistemológica chega às primeiras verdades, axiomáticas, claras e evidentes, garantidoras de uma certeza sintática, atemporal, posto que nelas habitam identidades ideais, sem quaisquer restrições empíricas. (Descartes: 1641,1959).

Hayek faz uma crítica contundente à idéia da sociedade como produto da razão mostrando que a perspectiva racionalista revela desprezo pelo costume, pela tradição e pela história e carrega consigo a concepção de que a moral, a religião, a linguagem, as leis, as regras e as instituições são frutos do desígnio, do plano racional. Nessa linha de pensamento, o mercado seria entendido como uma ordem racional e traduziria exemplarmente a face econômica dessa razão onipotente. Uma de suas expressões estaria na ambição walrasiana demonstrativa da ordem racional do mercado: uma compatibilidade *ex-anti* de agentes auto-interessados e detentores de uma razão onipotente calculadora. Suas escolhas seriam frutos de uma previsão racional ou de um desígnio intencional que teriam como resultado econômico uma ordem equilibrada, estável e ótima. (Ganem: 1989, 1993,1996). Hayek chamou essa ordem racional do mercado, de *Taxis*, uma ordem a serviço da intenção de quem a criou. Contra essa ordem fabricada, produzida pelo plano e pelo desígnio e que, portanto, supõe um mundo passível de ser captado pelo conhecimento perfeito, Hayek sugere uma ordem que é eminentemente espontânea, o *kosmos*, fruto de homens seguidores de regras. Não fruto de regras apriorísticas inatas ou conhecidas por um espírito humano, mas de regras que seriam transmitidas pela cultura, oriundas da experiência e da tradição.

Hayek honra a tradição anglo-saxônica da modernidade que toma o indivíduo como ponto de partida para a compreensão da lógica dos fenômenos coletivos e marca a sua distancia do individualismo metodológico utilitarista cujo controle das escolhas é ditado pelo cálculo maximizador, este condicionado por escolhas teleológicas, resultados de previsões racionais e de desígnios intencionais. Como contraponto à arrogância da razão cartesiana que exhibe um conhecimento pleno dos fatos e permite uma suposta inteligibilidade da sociedade, Hayek se alia a uma perspectiva epistemológica que parte da radical ignorância dos membros na *great society*. Com isso, procede a uma crítica a todo e qualquer cientificismo e deixa clara sua inesgotável identificação ao racionalismo crítico popperiano com suas proposições constantemente renovadas de conjecturas, sua humilde correção de erros e sua conseqüente provisoriedade do conhecimento²(Popper, 1972). Deixa também

² Nas palavras de Hayek: "*Apesar de nossa civilização ser o resultado de uma acumulação de conhecimentos individuais não é pela composição de todos esses conhecimentos num cérebro individual, mas sim pela materialização em símbolos, hábitos e instituições, ferramentas e conceitos isto um corpo de conhecimentos que nem ela nem ninguém possui perfeitamente*" (Hayek, 1952)

claro que a ignorância, atributo até então desqualificado dos indivíduos é ironicamente sua porta de entrada para conquistar uma possível liberdade. Em *The Constitution of Liberty* afirma que somos livres e ignorantes e, portanto, abertos para o imprevisível e para o não determinado, um horizonte infinito de possibilidades. Em uma palavra: o homem para ser livre deve exercer esta liberdade na escolha dos fins (Hayek: 1960,1983).

Tendo como referencia antropológica e ontológica uma humanidade imperfeita, Hayek marca sua aversão a qualquer vestígio do homem moderno que regido por uma onisciente razão descobre a verdade (Heidegger, 1962). Contra a referência filosófica da modernidade que marcou profundamente a concepção de razão e da ciência do homem ocidental, ele advoga que nem o espírito nem a razão são anteriores à civilização, mas se desenvolvem simultaneamente a elas. Ignorantes que somos frente a esse mundo complexo, faz-se necessário ter humildade para aceitar a limitação da razão frente a um mundo que jamais será totalmente desvelado. Dele só disporemos de um pequeno, incompleto e fragmentado conhecimento. E é tateando, com erros e acertos, conjecturas e novas refutações (aqui de novo Popper) que regras abstratas guiam os homens nesse mundo complexo.

A perspectiva ontológica de Hayek é a de um homem consciente de suas próprias limitações e, portanto, sabedor de sua ignorância, mas sábio também porque as contorna, experimentado e criando novas ferramentas. O processo de experimentação é um processo rico de aprendizagem e adequação em que cada indivíduo examina os fatos que conhece e a partir daí, se adapta ao mundo tendo em vista seus próprios fins. Neste ponto é importante frisar que não é necessário o consenso com relação aos fins sendo o único consenso exigido com relação aos meios capazes de servir a uma grande variedade de propósitos. (Hayek, 1937,1974).

As regras hayekianas emergem nesse quadro de ignorância e sabedoria, incerteza e seleção e são elas que dão *subtractum* a ordem espontânea, natural do mercado. Essa ordem catalítica como Hayek a define, emana da *práxis*, da experimentação e não de um arranjo operado por alguém. Como não é construída, não pode ser reconstruída mentalmente caracterizando-se por ser uma estrutura transcendental, uma categoria inacessível à razão

que expressa uma multiplicidade de fins distintos e incomensuráveis de todos os seus membros individuais (Hayek, 1974).

Essas regras que reafirmam a ordem social espontânea guiam a sociedade num processo evolutivo oferecendo soluções conjunturais para problemas recorrentes. Tem-se aí um modelo de aprendizagem evolucionista definido por um processo de adequação onde os indivíduos são capazes de aprender sistematicamente de seus próprios ensaios e erros. A evolução cultural seria na verdade similar a um processo de crescimento do conhecimento, um processo de aprendizagem social e coletivo que teria nas regras suas guias abstratas³. As regras selecionadas, produtos da experiência de gerações são abstratas, mas também devem ser gerais, pois não podem atender a fins particulares e sim respeitar o princípio de aumentar a oportunidade de todos. Nesse sentido, elas reforçam o jogo catalítico do mercado, o único capaz de produzir riquezas, pois seus membros terminam sempre por selecionar as regras que são aplicáveis a um número desconhecido e indeterminado de casos.

Quanto mais a sociedade se torna complexa mais é reafirmado o sentido de espontaneidade das regras⁴ e mais acertadas as escolhas em torno de regras abstratas e gerais que garantam os meios capazes de servir a uma grande variedade de propósitos. O governo nesse caso deve respeitar o fundamento lógico de uma sociedade livre aceitando que a diferença de oportunidades está relacionada com as eficácias individuais desse processo de descoberta constituído pelo mercado. O intento de tornar as oportunidades de indivíduos iguais produz injustiças. Para evitar os efeitos nefastos do racionalismo construtivista, Hayek sugere que o Estado garanta os direitos negativos do cidadão: somente as regras de um governo que favorece o funcionamento catalítico do mercado aumentariam as chances de todos.

³ Hayek redefine o conceito de abstração . "A abstração", diz Hayek, "será a base da atitude do homem para se movimentar num mundo imperfeitamente conhecido por ele, como a maneira de adaptar a sua ignorância na maior parte dos fatos particulares de seu meio" (Hayek, 1974).

⁴ Hayek diferencia ordem espontânea de organização, essa sim, "uma consequência natural da descoberta dos poderes da inteligência humana e resultado do racionalismo construtivista ..ela foi a única forma e método inteligente para atingir determinados resultados comuns e previsíveis" ... (Hayek,1974)

Essa visão de um processo popperiano em que todos os organismos estão constantemente empenhados na solução de problemas é definido por Hayek como algo natural e isto não implica uma sucessão de etapas caminhando para um fim determinado. É divergindo desse ponto que Hayek constrói sua crítica ao racionalismo construtivista de herança marxista: uma razão que transforma a sociedade numa máquina racional, uma razão que é capaz de digerir a sua própria complexidade e que constrói pela deliberação de seus sujeitos sociais um devir socialista.(Hayek, 1973; 1988). Contra essa idéia racionalista construtivista, Hayek advoga uma Teoria da Evolução Cultural que proporciona uma versão de como funciona o processo sem tentar explicar seus resultados ou predizer seu curso.

Hayek: Teoria, Ideologia e Apologia.

Veremos neste ponto do trabalho como o ultra-racionalismo que o autor tanto critica nos seus opositores, em especial em Marx, está contraditoriamente presente no seu argumento, gerando dogmatismo e um apologético conservadorismo na defesa incondicional do mercado como presente e devir das sociedades contemporâneas.

A ordem catalítica do mercado hayekiano é uma ordem espontânea que serve precisamente a uma multiplicidade de fins distintos e incomensuráveis de todos os seus membros individuais. Nesse quadro, o mercado transforma-se para Hayek num método pelo qual não é necessário haver concordância de seus membros quanto aos fins. A natureza de sua atividade econômica é conciliar os fins competitivos. O jogo da catalaxia como ele assim o define é o puro jogo da Riqueza e a política só podem ter como objetivo aumentar a probabilidade de qualquer membro desconhecido na realização de seus propósitos igualmente desconhecidos. (Hayek, 1973) A função da concorrência é mostrar quais os planos que estão errados e a distribuição resultante talvez não seja materialmente a mais justa, mas provém de um processo que aumenta o número de ocasiões propícias ao sucesso de todos. O legislador, nesse caso, tem o dever de garantir a ampliação da chance de todos. Na verdade, ele deve velar para que se garantam as regras comprometidas com o aumento

da probabilidade de sucesso de pessoas desconhecidas, cujas oportunidades dependerão, sobretudo, de seu conhecimento e habilidades individuais. Essas regras garantidoras da concorrência são regras exitosas *per se*⁵.

A sociedade não deve ser dirigida para um fim específico, escatológico, como propala Marx, diria Hayek, mas sua evolução é guiada pelo que é imprescindível para assegurar as propriedades de funcionamento desejáveis à manutenção do sistema competitivo. Ou em outras palavras, guia-se o processo competitivo através de um marco adequado de regras. Ora, estamos falando de regras necessárias para que o jogo catalítico, espontâneo funcione. Não nos parece uma contradição? Ainda que Hayek admita um certo construtivismo na experimentação deliberada em assuntos institucionais e se coloque radicalmente contra o poder monopolista exclusivo, seu argumento não escapa da crítica que faz ao ultra-racionalismo. Examinemos porque.

Embora não saibamos de antemão quais serão as regras que de fato farão o mercado funcionar, serão sempre elas as exitosas, as escolhidas, posto que mercado para Hayek é sinônimo de método. Uma tautologia ou um método tão indispensável como a matemática o foi para Descartes. Um método que não é derivado da lógica matemática, mas da experiência, da *praxis*. Mas, um método em última instância, sem o qual não se é possível pensar a sociedade. Poderíamos dizer que a inquestionável necessidade desse método ou do mercado o desloca para o plano intocável, ideal, em última análise. Tão apodítico, racional e certo, como as regras aprioristas, cartesianas, que tanto critica. Nesse ponto concordo integralmente com a crítica que o filósofo Luc Ferry faz, ao afirmar que, o hiper-racionalismo de Hayek é como o de Hegel, porque em última análise tudo se desenvolve racionalmente e que todas as iniciativas, mesmo as mais irracionais, participam da auto-

⁵ Victor Vanberg aponta nesse ponto uma contradição interessante: *se não podemos dizer nada acerca do que esperamos que seja que seja exitoso, não podemos discutir se o que sobrevive é o desejável*. (Vanberg:1999; 209). Essa ambigüidade se faz presente quando Hayek fala de mercado, pois indiretamente, está tratando de leis jurídicas adequadas que se supõe sirvam aos interesses de grupos organizados ou não. Não é fácil sustentar, como faz Hayek, que as ordens espontâneas tenham sempre efeitos benéficos, quaisquer que sejam os termos da concorrência. E também acredito que não se possa afirmar, (sob pena de adentrarmos no terreno do dogmatismo) que haja um processo natural de evolução cultural, sem restrições.⁵ Na verdade, Hayek desliza por esses pontos controversos e admite que *existe uma construção constitucional deliberada e um desígnio institucional que tem o papel de criar as condições para que a sociedade possa evoluir para melhor*. (Hayek, 1973).

realização de uma razão: a do mercado.⁶ Suponho, tal como Ferry, que Hayek cai na armadilha da razão e termina por reeditar como Laplace e Hegel o mito de descobrir leis imutáveis e eternas para a história. Alias, é esse mito da mão invisível como um processo impessoal e inexorável que tem sustentado a apologia e a retórica dos ultras liberais na defesa do mercado como a única forma de organização para as sociedades contemporâneas.⁷ Em última análise, a mão invisível é o meio e o fim das Greats Societies: a própria inteligibilidade das sociedades complexas.

Arendt x Hayek: a crítica ao totalitarismo e a força da ação política.

Elegemos a reflexão filosófica da política e da ação dos homens na história de Hannah Arendt, não apenas porque nos possibilita apresentar, ainda que, em linhas gerais, sua densa e provocante contribuição, como também porque a partir de seu pensamento é possível apontar com consistência, as contradições e incongruências das críticas que Hayek fez a Marx, situando sob novas bases a crítica ao racional construtivismo e ao totalitarismo. A contribuição de Arendt não apenas lhe confere autoridade para criticar os rumos totalitários que o comunismo tomou como serve para desconstruir a leitura hayekiana da história e do agir humano no próprio terreno em que Hayek se move. A obra de Arendt renova o pensar sobre os homens, sua ação e a história e produz uma reflexão filosófica de tal envergadura sobre a história que termina sem esforço colocando, nos seus devidos termos, ou seja ideológicos e retóricos, a visão evolucionista da história de Hayek.

Para tratar deste assunto, desenvolvermos, a seguir, três aspectos da obra de Hannah Arendt que nos permitem estabelecer contrapontos à perspectiva teórica de Hayek. Um primeiro aspecto, ponto de partida de ambas reflexões, trata da crítica ao totalitarismo e ao racional construtivismo. Um segundo ponto analisa a importância crucial do indivíduo e da

⁶ Citando Luc Ferry: "*à força de preservar os direitos e a liberdade dos efeitos nefastos do intervencionismo, o liberalismo hayekiano confia tudo à história ou ao desenvolvimento do mercado.*"(Ferry, 1984)

⁷ Ver a propósito, uma análise crítica da trajetória do pensamento apologético de Roberto Campos que evoca Hayek na sua defesa do mercado como única forma possível de organização da sociedade brasileira. (Ganem, 2000)

liberdade em ambos autores e, finalmente, um terceiro aspecto sublinha a ação do homem na história e serve para sintetizar e diferenciar as diferentes utopias, a do mercado para Hayek e a da democracia para Hannah Arendt.

A **primeira ordem** de questão, diz respeito à crítica ao totalitarismo, elemento que chamou atenção a estes dois autores contemporâneos, marcados pelo engajamento intelectual e político do seu tempo. Como sabemos, Hannah Arendt (1906-1975) é uma filósofa sensível às agruras do século XX e não passa ao largo do desastre político produzido pelo totalitarismo, seja ele fascista ou stalinista, retirando dele lições e conseqüências que marcam profundamente a sua teoria. Sua crítica construtiva não perde de vista a esperança no indivíduo, na sua ação e, portanto, nas infinitas possibilidades que se abrem para ele no plano da história. Esses resultados teóricos estão nos antípodas do pensamento de seu contemporâneo Hayek, também crítico ao totalitarismo e intelectual engajado, mas prisioneiro da idéia da defesa incondicional do mercado como a melhor forma de organização para a sociedade.

Arendt na sua obra faz uma crítica visceral a todas as formas de totalitarismo. No que diz respeito ao nazismo formula a seguinte questão: que leis da psicologia de massas explicam porque milhões de seres humanos se deixam levar sem resistência as câmaras de gás? E ela mesma responde a partir de um eixo teórico inegociável, ponto de partida metodológico para sua reflexão: o totalitarismo tem como meta determinada destruir o indivíduo e a sua espontaneidade. Destruir, portanto, a individualidade, ou assassiná-la, para ser fiel aos seus próprios termos, significa atingir o seu âmago: destruir a espontaneidade ou o poder do homem de começar qualquer coisa de novo a partir de seus próprios recursos. Os que aspiram à dominação total devem, portanto, liquidar implacavelmente a espontaneidade. A individualidade é intolerável e o poder total só pode ser preservado num mundo de reflexos condicionados de cachorros pavlovianos, de marionetes que não apresentam a menor suspeita de espontaneidade. (Arendt, 1972,265).

No que se refere ao totalitarismo de Stalin, Arendt não titubeia e afirma que a tomada de poder de Stalin e a transformação da ditadura do partido único em dominação total,

transforma as classes em massas, eliminando paralelamente toda a solidariedade de grupo, condição *sine qua non*, para a dominação total. “ *As massas*, nos diz Hannah, em *As origens do Totalitarismo*, (...) *não estão ligadas pela consciência do interesse comum, elas não tem lógica específica de classes que se exprime pela perseguição de objetivos precisos, limitados e acessíveis*”. (...) *O termo massa, se aplica tão somente a pessoas que seja pelo seu número, seja pela indiferença, seja por estas duas razões, não podem se integrar em nenhuma organização fundada sobre o interesse comum* (Arendt, 1972, 49).

A aguda crítica ao totalitarismo e a defesa da individualidade e da espontaneidade da ação humana através da recuperação do indivíduo enquanto capacidade para agir, pensar e julgar com discernimento são para a autora os verdadeiros antídotos e a única possibilidade concreta que os homens dispõem para barrar projetos totalitários. Se o totalitarismo significa para os homens que vivem sob o seu jugo, um **pensar** que não compreende, um **agir** que se dá mecanicamente e uma incapacidade de **julgar**, será exatamente na preservação da natureza intrínseca desses elementos aparentemente perdidos que será possível escapar das dicotomias: indivíduo/liberdade, de um lado, e sistema/totalitarismo, de outro.

Hayek, como vimos, concentra sua crítica ao racional construtivismo e particularmente naquele que é o seu inimigo estratégico – Marx, através do que ele considera o seu pecado capital: a defesa de uma razão onipotente que permitiria a classe operária à tarefa de transformar a sociedade numa máquina racional e construir onipotentemente um devir socialista. Embora acuse a ambos: o stalinismo e o fascismo de totalitários e produtos diretos de ordens que seriam frutos do plano e do desígnio ele destaca na sua crítica a servidão imposta pelo totalitarismo do stalinismo. Com isto, encerra seu discurso no plano do confronto de sistemas econômicos: capitalismo versus comunismo, utilizando-se para a defesa do capitalismo de conceitos congêneres como ordem espontânea, mercado ou *greats societies*.

Arendt, por sua vez, preocupada e implicada com a democracia atinge com sua crítica o mercado, através do consumismo (que pode acarretar o despotismo de uma sociedade de

massas) e que é o elemento vital de sua forma de reprodução. Ela defende o modelo político da *polis* grega em que a ação política é a peça chave da liberdade individual e, sendo restrita aos cidadãos estaria, portanto, preservada de qualquer manipulação. Arendt lamenta que na sociedade de massas, no esforço de promover uma uniformização do comportamento consumista, ocorre um movimento em direção ao conformismo, negando a pluralidade da discussão. De fato, nesta sociedade o homem garante a sua sobrevivência no despotismo de uma única opinião, posto que esta sociedade é guiada pelo “labor” entendido como produtos de objetos feitos para serem descartados o que significa um consumismo desenfreado, em última análise. Em **A Crise da Cultura**, Arendt nos alerta para: “....os traços da psicologia coletiva do homem de massa: seu abandono - abandono que não é nem isolamento, nem solidão – independente de sua faculdade de adaptação; sua excitação e sua falta de critérios; sua atitude voltada para o consumismo acompanhada de uma incapacidade de julgar ou mesmo de distinguir, e por trás de tudo isto, seu egocentrismo e uma alienação do mundo..... (Arendt, 1972, 255). Esta crise da cultura própria da sociedade de massa, que maltrata a individualidade no sentido de produzir abandono, isolamento, solidão e consumismo, produz o que ela considera o mais grave para a humanidade: a alienação expressa na sua incapacidade de julgar e de discernir ficando o homem suscetível à manipulação.

Sua crítica ao consumismo caracterizada pelo desinvestimento cultural é, sem dúvida alguma, uma crítica à lógica do mercado. São inúmeros os autores que recorrem a Arendt, como referência teórica crítica, identificados com a sua análise acerca da sociedade que hoje vivemos, desprovida de valores éticos humanistas e marcada pela moral do entretenimento e pelo consumismo⁸. A sociedade de massas dessa *great society* leva, segundo a autora, a anulação da cultura dando lugar à banalização do entretenimento e ao conformismo, o que para Hannah Arendt, é o elemento central que pode levar a destruição da humanidade.

⁸ Consultar Jurandir Freire Costa que toma por base Arendt para tecer uma crítica ao consumismo e a moral do espetáculo em *O Vestígio e a Aura*, Garamond, 2004, além de Dany-Robert Dufour em *A arte de reduzir as cabeças; sobre a nova servidão na sociedade ultra liberal*, Companhia de Freud, 2005 e Gilles Lipovetsky: *O Império do Efêmero*, Companhia das Letras, 2004.

A **segunda ordem de questão**, diz respeito, ao ponto de partida metodológico de sua análise: o indivíduo através daquilo que marca a sua potencialidade, a ação livre, espontânea e contingente. Todos os elementos se irmanam para recuperar, não apenas o homem para a vida ativa, mas, sobretudo para a política, já que ela é o elemento constitutivo da liberdade e da capacidade de iniciar algo novo, não previsto pelos mecanismos causais do mundo. Além disso, Arendt não descuida da análise histórica e da sua perturbadora contingência. Mesmo seguindo os princípios de Kant, Arendt não foge à análise da história tendo consciência dos riscos que os homens tem ao agir e o medo que o agir livre provoca, ao desconhecer os rumos de sua ação.

Hayek, ao contrário, embora parta do indivíduo, que para ele é um animal seguidor de regras, regras estas escolhidas e supostamente contingentes, traça uma teoria da evolução cultural naturalista em que o mercado é uma ordem natural e a história um processo inexorável de auto desenvolvimento do mercado.

O âmago da teoria de Arendt é o indivíduo e sua capacidade de pensar, agir e julgar. Contrapondo-se a este animal seguidor de regras de Hayek, Arendt supõe um homem que pensa, julga e é capaz de ação, ação esta que se constitui no centro nevralgico de todas as possibilidades humanas. Menos do que adequação, Hannah supõe a urgência do pensamento sobre o agir. A autora, tal como a maior parte dos autores considerados liberais e ortodoxos (não adeptos do método holista), parte do indivíduo para a compreensão da sociedade. Entretanto, existem diferenças abissais entre o indivíduo auto-interessado do discurso ultraliberal hayekiano que por uma mágica da mão invisível produz bem estar social, (ainda que ocorra uma mediação pelas regras) e o indivíduo, humanista, cuidadoso e, sobretudo corajoso e implicado com os destinos da *polis* da concepção de Arendt. O indivíduo para Arendt tem duas formas de atividade e é deste entendimento inicial que consiste uma das chaves para a compreensão de sua obra: uma primeira forma de ação, cuja expressão máxima está ligada à liberdade e ao agir na política e se define por uma ação que não tem fim e cujo objetivo final o homem desconhece. E uma segunda ação, característica do *homo faber* que significa a fabricação de uma coisa que tem começo e um fim e,

portanto, leis de movimento determinadas⁹. A ação, diz Arendt, se referindo a sua primeira forma é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria. Na verdade, ela corresponde à condição humana de pluralidade e, como expressão inequívoca da individualidade, carrega consigo a fonte do significado da vida humana. Embora as ações fugazes e perecíveis da vida política nunca cumpram a sua intuição original e desencadeiem alguma coisa que não pode ser prevista, Arendt, na A Condição Humana afirma com contundência que: “...a única forma capaz de realizar feitos não é nem a capacidade teórica, nem a razão, mas a faculdade humana de agir, de iniciar processos novos e sem precedentes, cujo resultado é incerto e imprevisível, quer sejam desencadeados na esfera humana ou no reino da natureza.” (Arendt, 1987,243).

Arendt critica de uma certa forma a falácia da herança teórica marxista de que o homem só conhece o que faz, e afirma que Marx, ao cancelar a distinção entre o operar e o agir, obscureceu o papel da política, um dos três componentes fundamentais da vida activa.¹⁰ Em verdade, para a autora, o homem frente aos riscos incautos que a ação lhe confere se assusta com a possibilidade de viver em liberdade e termina por condenar a ação na sua espontaneidade, circunscrevendo-a à necessidade, a tábua de salvação para a perturbação que a falta de controle sobre o destino lhe traz. Assim consiste a crítica que Arendt procede à concepção marxista, ou a noção marxista de fabricação da história. Nos seus próprios termos: “nem a liberdade, nem nenhum outro sentido podem ser produtos de uma atividade humana como a mesa é produto da atividade do marceneiro.” (Arendt, 1972,105.) E é através desse argumento que reside a sua crítica à luta de classes de Marx como a fórmula mágica que desvendaria todos os segredos da história, na fabricação de

⁹ Esta noção está intimamente ligada a noção marxista de fabricação de história o que faz Hanna afirmar que “nem a liberdade, nem nenhum outro sentido podem ser produto de uma atividade humana como a mesa é o produto da atividade do marceneiro”. (Arendt, 1976,105). E numa passagem da Condição Humana, ela afirma: Enquanto a força do processo de fabricação é inteiramente absorvido e exaurido pelo produto final, a força do processo da ação nunca se esvai num único ato, mas ao contrario pode aumentar a medida em que se multiplicam as consequencias. (Arendt, 1981, 245)

¹⁰ Para Arendt, *poesis* é operar, fazer, *tecné*, enquanto que *praxis* é agir, substância da política e parte integrante juntamente com o trabalho de vida ativa. O ato ou o agir em processo possui as seguintes características: 1) **a ignorância**- quando se age nunca se sabe exatamente o que se está fazendo; 2) **a responsabilidade** - o homem é sempre responsável pelas conseqüências de seu ato, ainda que não o tenha previsto ou desejado; 3) **a não reversibilidade** - o homem não pode desfazê-lo; 4) **a infinitude**- o processo desencadeado pelo ato jamais termina; 5) **a não clarividência ou a opacidade** - seu significado jamais se revela e finalmente; 6) **o conhecimento pela memória** .ele só será conhecido pela visão retrospectiva do historiador. (Arendt, 1972,243)

uma coisa que tendo um começo e um fim, persegue, leis de movimento determinadas ao mesmo tempo em que dissolve e aniquila neste processo, as particularidades e os sofrimentos individuais.

Mas sua crítica não se refere apenas ao conformismo que advém da sociedade comunista, mas, de qualquer sociedade de massas, em que o animal laborans adquire o estatuto de assalariado e procura a subsistência da sua vida e de sua família pelo mero consumo, longe de qualquer produção técnica e da ação política. A promoção social pelo labor faz do espaço público um processo de afirmação à sobrevivência biológica, circunscrevendo a excelência na esfera do labor conquanto que, para a autora, a excelência só pode existir na ação política e no confronto de opiniões.

Ao criticar a sociedade de massas e não apenas o comunismo como sistemas que destroem a coexistência da esfera privada com a esfera pública, Arendt chama a nossa atenção para a falta de condições do desenvolvimento daquilo que é essencial na vida humana que é a pluralidade de opiniões num espaço público comum. Para Arendt, num quadro de revolução, se supera aparentemente o conformismo (pelo fato de ter sido realizada a revolução), mas, a sociedade comunista pode recair num novo tipo de conformismo em que a liberdade individual é absorvida pela comunidade. Marx, para a autora, comete o equívoco de prever que somente uma revolução poderia provocar a decadência do Estado e que a sociedade comunista significaria o reino da liberdade. Para a autora, o Estado, enquanto espaço político, deve resistir à uniformização do social, pelos interesses privados e o reino da liberdade só pode existir no confronto de opiniões.

Ao afirmar o reino da liberdade no espaço público e democrático, Arendt está nos falando de um indivíduo que é livre, porém, implicado com o destino de sua *polis*. Isto para afirmar a oposição ao indivíduo hayekiano, ao qual lhe é retirada a responsabilidade social de influenciar os rumos da cidade. Este indivíduo não negocia qualquer avanço do sistema que liberte o Estado da limitação de suas funções mínimas, pois qualquer plano ou planificação (que sai do domínio da organização da empresa para entrar nos negócios públicos) é perturbador da livre iniciativa individual e do exercício das liberdades plenas.

A **terceira** ordem de questão diz respeito ao agir dos homens na história. Arendt entende que a história construída a partir da ação humana é uma abertura para infinitas possibilidades. Em verdade, vivemos num processo que “ *não se conhece nem começo nem fim e que em consequência disso, não nos permite nutrir esperanças escatológicas.*” (Arendt, 1972:92). Estas afirmações de Hannah Arendt não deixam de ser perturbadoras e instigantes e talvez por isto acarrete um *certo constrangimento intelectual que deriva da própria natureza de sua obra*¹¹.

Hayek constrói seu discurso das regras escolhidas através de um processo de experimentação humana de acertos e erros o que garantiria num primeiro momento uma abertura infinita de possibilidades para os processos históricos. Na verdade ao defender as regras de concorrência como as regras necessárias que garantem a liberdade e a justiça, ele reitera através da sua Teoria da Evolução Cultural uma concepção da história que seguiria o curso natural do mercado como passado, presente e devir. Arendt, na sua teoria sublinha a importância dos juízos e do discernimento como elementos importantes da ação livre, mas é crítica com relação as regras da tradição ou as regras eleitas do comportamento justo, tão caras a Hayek. Para ela, o homem não é um animal seguidor de regras, e sim, um homem de ação e esta depende de boa compreensão e de julgamento. Se o homem é manipulado, se não compreende, se duvida, se sensibiliza e leva em consideração a crise moral que a sociedade atual está mergulhada, como escolher regras fiáveis? Para Hayek elas seriam fiáveis porque os homens sempre selecionam as regras da concorrência que no limite, são as regras necessárias de Hayek que garantem a ordem catalítica do mercado, uma sociedade complexa que tende a resolver seus problemas e expressar sempre avanço cultural.

Embora Arendt questione os objetivos grandiosos da política no que tange a como estabelecer uma nova sociedade, ou como fazer uma guerra para acabar com todas as guerras, ou ainda como assegurar a democracia no mundo inteiro, Arendt não perde a esperança no homem e na sua capacidade de julgar e discernir entre o bem e o mal e,

¹¹ Sugiro a leitura da introdução de Antonio Abranches ao livro de Hannah: *A Dignidade da Política*, Relume Dumará, 2002, em que o autor tece uma delicada e acurada reflexão sobre a contribuição de Hannah e o espanto e constrangimento que seu pensar provoca nos dias atuais.

portanto, de fazer escolhas desinteressadas e liberadas de seus interesses privados imediatos. Para a autora é necessário não perder a esperança de construção de um mundo não totalitário e procurar na própria condição humana a capacidade de abrir, de preservar ou de reconstruir um espaço público.¹² Arendt ao fazer o elogio da política *salva a espontaneidade revolucionária, mas não a violência fabricada do projeto revolucionário*. (Abranches in Arendt, 2002; 9). É importante frisar que a liberdade só pode ser exercida mediante a recuperação e a reafirmação do espaço público, pois será neste mundo político que será possível desenvolver a identidade individual na comunidade política.¹³

Referências Bibliográficas

- ARENDT, H.**, 1972a, “*La Crise de la Culture*”, Folio- Essais.
- _____, 1972b “*Le Systeme Totalitaire*”, France loisirs/Editions du SEUIL
- _____, 1981, “*A Condição Humana*”, Forense Universitária.
- _____, 1982, “*Juger: sur la philosophie politique de Kant*”, Seuil.
- _____, 1993, “*A dignidade da política*”, Relume Dumará.
- COSTA, J.F-** 2004, “*O Vestígio e a Aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*”, Rio de Janeiro, Garamond.
- DESCARTES, R.**, 1959, “*Discours de la méthode*”, Paris, La Pléiade.
- _____, 1985, “*Regras para a Direção do Espírito*”, Lisboa. *Edições 70*.
- FERRY, L.**, 1984, “*Philosophie Politique*”, Paris, PUF, volume II.
- DUFOUR, D.R.**, 2005, “*A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade liberal*”, Rio de Janeiro, Companhia de Freud.
- GANEM A.**, 1989, “*A teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva*” in *Literatura Econômica*, IPEA, vol .11 no 2, pp 267-279.

¹² É dentro desta perspectiva que Paul Ricoeur entende a obra *A Condição Humana* de Arendt: um livro de filosofia antropológica que tem como objetivo construir a resistência e a reconstrução do espaço público, pos o desastre do totalitarismo. Ricoeur, P., Prefácio da *Condition de l'homme moderne*, Calmann-Levy. 1981.

¹³ Segundo Celso Lafer o interesse maior de Arendt é a república e é por isso que para ela liberdade, não é a liberdade moderna e privada da não-interferência, mas sim liberdade pública de participação democrática. Daí para a autora a importância do nós no agir conjunto. Ação, palavra e liberdade não são coisas dadas, mas requerem a construção e manutenção do espaço público. Celso Lafer, prefácio de Arendt, H, *A Condição Humana*, Forense universitária, 1981.

_____ 1993, “*Théorie de l' Équilibre Général: le Mythe d'un Ordre Rationnel*”, Paris XIII, Nanterre- Université, tese de doutorado (mimeo).

_____ 1996, “Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível” in *Revista de Economia Política*, São Paulo, Nobel Editora,v.16, no. 2, abril-junho,pp 105-122.

_____ 2000, “A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos “ em *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, no.1,

_____ 2005, “ *Regras e Ordem do Mercado em Smith e Hayek*” in *Anais do XXX Congresso Anual da ANPEC*, Natal.

HAYEK, F.A, 1937, “*Individualism and Economic Order*”, Chicago, University of Chicago Press.

._____ 1952, “*The Counter-Revolution of Science*”, Glencoe: Free Press.

_____ 1967, “*Studies in Philosophy, Politics and Economics*,” Chicago: University of Chicago Press.

_____ 1973, “*Law, Legislation and Liberty* “(tomos I, II e III), Routledge and Kegan Paul.

_____ 1983, “*Os fundamentos da Liberdade*,” Editora Universidade de Brasília.

_____ 1988, “*The Fatal Conceit: the Errors of the Socialism*,” Bartley, Routledge.

HEIDEGGER,M. ,1962, “L'époque des conceptions du monde”en *Chemins qui ne mènent nulle part*, Gallimard, Paris.

HODGSON, G. ,1994, “Hayek, evolution, and spontaneous order “en MIROWISKI, P. (ed) *Natural Images in Economic Thought*, Cambridge University Press.

LIPOVESTSKY, G., 2004, “*O Império do efêmero*”, São Paulo,Companhia das Letras.

POPPER,K. ,1972,” *A Lógica da Pesquisa Científica*,” Editora Cultrix, São Paulo, Brasil.

VANBERG, V.,1999, “*Racionalidad y Regras*”, Gedisa Editorial.